



CODESRIA *Africa Development*, Volume XLVI, No. 2, 2021, pp. 107-120

© Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2021
(ISSN: 0850 3907)

Sabemos Resistir: Racismo e Sexismo na internet

Flávia da Silva Clemente*

Resumo

No presente artigo analisamos o fenômeno histórico do racismo e sexismoe suas nefastas implicações na vida das mulheres negras. Por meio de suas manifestações na internet, em formato de comentários de ódio, torna-se evidente que o racismo e o sexismopermanecem actantes sendo necessário que o movimento negro e feminista negro passe a agir no ambiente virtual para seu enfrentamento. Concluímos que o activismo digital negro é uma importante ferramenta de luta na construção de uma sociabilidade sem opressões e desigualdades.

Abstract

This article analyses the harmful implications of the historical phenomenon of racism and sexism in the lives of black women. Through their manifestations on the internet, namely in the form of hateful comments, it becomes clear that racism and sexism remain active and it is necessary that the black and black feminist movement start to act in the virtual environment to face it. We conclude that black digital activism is an important tool in the struggle to build associability without oppression and inequality.

Introdução

Habitando um país que se estrutura no racismo, no sexismoe na exploração entre as classes sociais, desenvolver estudos e pesquisas que possam contribuir com o desvelar dessas problemáticas se torna compromisso de vida. Isto é sobretudo assim quando somos atravessadas cotidianamente pelas experiências decorrentes das opressões raciais, sexistas e da exploração de classe.

* Doutora em Serviço Social, Professora do Departamento de Serviço Social da UFPE e integrante dos Coletivos Filhas do Vento e Acadêmicas Negras.

Email: flaviaclemente2000@yahoo.com.br

Longe de tentar esgotar todas as problemáticas que o debate sobre gênero e raça suscita (o que seria uma tarefa impossível), nosso compromisso tem sido procurar contribuir com a ampliação dos conhecimentos sobre o tema em estudo favorecendo a construção de práticas anti-racistas, anti-sexistas e anti-capitalistas.

Nesse sentido, gostaria de iniciar compartilhando o poema intitulado: Sabemos resistir.¹

Não nos prendam. Não nos impeçam de seguir. Sabemos resistir! Somos forjados na dor e somos íntimos da superação. Enxergamos para além do que tem sido permitido. Nossa olhar e experiência não é de quem se permite aprisionar. Não imponham limites a nossa caminhada, pois vamos sempre escapar. Sabemos resistir! Conhecemos o cheiro saboroso e atraente da liberdade. Sabemos como encontrá-la, como desfrutá-la. Cansarão os que quiserem nos inibir. Não desanimaremos! Sabemos resistir! Sabemos sonhar! Aprendemos resistir e sonhar com aquelas/aqueles que não se permitiram acorrentar, apesar das correntes. Impuseram-nos um jeito de ser, de vestir, de pensar... Embranquecer? Jamais! Sabemos resistir! Não vamos permitir que nos silenciem. Nossas vozes alcançarão a muitos/as. Nossas vozes são resistentes. Resistência é como uma árvore sombreia, protege, acolhe, alimenta... Resistiremos, pois, compreendemos que somos livres. Nenhuma corrente impossibilitará que sigamos. Sabemos resistir (Valdenice Raimundo).

É perceptível que todo o conteúdo descrito no poema dialoga intrinsecamente com toda a experiência de “habitar” uma realidade social marcada pelas opressões que, por sua vez, estimulam relações desumanizadoras, invisibilizam a história e as lutas por direitos e matam, conforme pode ser comprovado no *Atlas da Violência 2019* (IPEA 2019). Resistir é uma “habilidade” que os povos e segmentos societários oprimidos tiveram que desenvolver para se manterem vivos e permanecerem activos/as nos confrontos de práticas racistas presentes em suas existências.

Essa resistência ocorre em diferentes frentes de lutas, dentre elas, visibilizar os conhecimentos construídos por pessoas/intelectuais negros/as vitimadas/os pelas opressões. Nesse âmbito, destacamos a importância das mulheres negras, detentoras de importantes e significativos conhecimentos, a exemplo de Lélia Gonzales que realizou análises vigorosas sobre a condição do povo negro.

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. [...]. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. [...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que

se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais (Gonzalez & Hasenbalg 1982: 15-16).

Durante séculos os conhecimentos elaborados pelos povos oprimidos em virtude do gênero, raça e classe social foram mantidos à margem e silenciados pelo circuito hegemônico da produção científica. O silenciamento é propositadamente elaborado no interesse de manutenção da hegemonia branca na produção dos conhecimentos.

Nesse intuito, é importante a propagação dos conhecimentos elaborados por negras e negros com a internet se configurando como ferramenta eficaz de comunicação e construção de uma sociabilidade sem desigualdades. Ou seja, a internet é um espaço profícuo para a divulgação de conhecimentos e debates contra o racismo e sexismo, conforme veremos no decorrer do artigo.

Mulheres negras e construção do conhecimento

O feminismo negro constitui-se, no nosso entendimento, num campo de actuação das mulheres negras que se destacam por visibilizar as problemáticas que marcam as suas existências, enquanto pessoas socialmente atravessadas pelo racismo, sexismo e pela pobreza.

Isto posto, entendemos que o feminismo se tornou um campo de conhecimentos que colabora com a desconstrução de referências únicas de mundo e que possibilitam o descortinar da história da humanidade e, nela, a produção de conhecimentos pelas mulheres. Entretanto, são os feminismos negros, que têm avançado nas lutas contra as opressões por demonstrarem por meio de diferentes autorias negras as experiências e os desafios que enfrentam para a garantia da vida em contextos sociais e econômicos marcados por tantas desigualdades.

Partimos da convicção de que os conhecimentos elaborados por pessoas/intelectuais negras em geral, e especialmente pelas mulheres negras, é um aspecto central do debate que estamos a travar, pois o racismo e o sexismo resultam, dentre outras consequências, no entendimento de que a/o negra/o é desprovida/o de habilidade intelectual, de racionalidade. Em artigo, denominado *Intelectuais Negras*, de Bell Hooks (1995), observamos a importância dada pela autora ao trabalho intelectual como forma de ativismo

e da imprescindibilidade das mulheres negras se tornarem intelectuais. Dialogando com a invisibilidade imposta pela ciência androcêntrica e racista, Hooks destaca as manifestações desses fenômenos nas universidades.

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade (Hooks 1995: 468).

A suspeita citada pela autora é oriunda do racismo e do sexism que persistem nos espaços institucionais de elaboração do conhecimento, colocando, principalmente para as mulheres negras, o constante esforço para que suas pesquisas e estudos não sejam secundarizados. O racismo institucional está presente, mas, não raramente, mascarado por discursos e atitudes que o procuram ocultar. Outros aspectos centrais apresentados pela autora para a compreensão dos desafios postos para a intelectualidade negra, perante uma ciência burguesa também são descritos, assim afirma:

[...] o conceito ocidental sexista/racista de quem e o quê é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexism e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros (Hooks 1995: 468).

A partir da representação racista e sexista de que servir aos outros é o lugar predestinado para as mulheres negras, o que habitualmente se espera delas é uma resoluta e resignada aceitação disso. Quando iniciativas e medidas são adoptadas por essas mulheres contrariando essa ordem “natural”, duas condutas parecem prevalecer: pronunciamentos, por vezes eloquentes, de que isso não é verdade, de que a/o negra/o está a ver racismo onde não existe, ou a agressividade e a violência sob o disfarçado manto da liberdade de expressão como forma de imposição dos preconceitos e subjugação das vítimas.

Felizmente as resistências e as representações servis e depreciativas da negra são aprofundadas e desnudadas. Um exemplo é o estudo sobre o conceito de *lugar de fala*, analisado por Djamila Ribeiro (2017), no livro intitulado “O

que é Lugar de Fala?”, que desenvolveu a partir das autoras Grada Kilomba, Patrícia Hill Collins, Linda Alcoff e Gayatri Spivak. A autora afirma que:

[...] é preciso dizer que não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor a origem do termo é imprecisa acreditamos que este surge partir da tradição de discussão sobre *feminist stand point* – em uma tradução literal ponto de vista feminista – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. [...] A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análise e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (Ribeiro 2017: 60-62, grifo da autora).

Embasada em Patrícia Hill Collins, Ribeiro argumenta ainda, que a teoria do ponto de vista é, sobretudo, um debate estrutural e não das experiências individuais das mulheres.

Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experenciar gênero de uma outra forma. Segundo Collins, a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades (Ribeiro 2017: 63).

Com a explicação acima, Ribeiro esclarece que a teoria do ponto de vista feminista é significativa, pois considera as desigualdades que estruturam as relações sociais e que estão, por conseguinte, embasadas em relações de poder. A autora afirma que as críticas ao conceito “Lugar de Fala” se equivocam ao argumentar que as análises se restringem a aspectos individuais da experiência de cada mulher negra.

No Brasil, comumente ouvimos esse tipo de crítica em relação ao conceito, porque os críticos partem de indivíduos e não das múltiplas condições que resultam nas desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados. As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente (Ribeiro 2017:65).

Ainda de acordo com a autora, o silenciamento imposto pela estrutura societária aos conhecimentos produzidos por negras/os, dificultam a sua visibilidade e legitimidade de forma que nas funções de melhor remuneração e nos espaços decisórios da sociedade praticamente inexistem pessoas não-brancas.

Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços. É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (Ribeiro 2017:66).

No artigo “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, Collins aborda a marginalidade das intelectuais negras e o uso dessa marginalidade como instrumento de lutas. “Argumento que muitas intelectuais negras têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seu status de outsider within, para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao “self”, à família e à sociedade.” (Collins 2016:99).

Através da interseccionalidade, intelectuais negras estão a produzir análises importantes sobre a realidade do povo negro, como afirma Collins. “[...] uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.” (Collins 2016:100).

A mesma autora detalha-nos o que denominou de três chaves no pensamento feminista negro.

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras. [...] em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras em grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns (Collins 2016:101-102).

Essas análises esclarecem as especificidades que as mulheres negras enfrentam na vida cotidiana e no processo de produção do conhecimento para dar conta de tantos entrecruzamentos de opressões.

O racismo reactualiza-se exigindo-nos a construção de estratégias que o evidenciem, pois no Brasil o esforço de o fazer emergir em toda a sua plenitude é imprescindível para a desconstrução dos argumentos que sustentam as suas faláncias. Por esse motivo, identificamos nas postagens na internet, feitas pelas ativistas digitais negras, uma forma inovadora e, ao mesmo tempo importante, de enfrentamento do racismo, do sexismo e do conflito de classe. São, no geral, jovens negras, que apropriadas de sua historicidade, usam a tecnologia para denunciar, provocar reflexões e posicionar-se diante das práticas racistas, sexistas, homofóbicas etc. Nesse âmbito, colaboram para o debate do tema nas redes virtuais e para além delas, o que as tem tornado vítimas de comentários de ódio que, se por um lado, geram ameaças à integridade física das militantes, por outro, expõem a残酷za do racismo e do sexismo, não sendo mais possível escamotear os interesses de classe, de gênero e de raça presentes nessas práticas. Assim que, entender as novas tecnologias da informação, seus usos e impactos na sociedade, se torna relevante. Num mundo cada vez mais conectado, as relações entre o virtual e o real estão indissociadas e esse movimento tem consequências para os povos oprimidos.

Racismo e sexismo na internet

O racismo e o sexismo experienciados pelos sujeitos marginalizados tem, no nosso entendimento, assumido novas formas de propagação e disseminação do ódio racial, no interesse de continuar a garantir a manutenção dos privilégios da classe branca no poder. Nessa perspectiva, chama-nos atenção o uso da internet, identificando que o desenvolvimento das novas tecnologias da informação possibilita bilhões de pessoas no mundo se conectarem. No ambiente virtual a xenofobia, o racismo, o sexismo, a homofobia/LGBTfobia viralizam e as mulheres negras constituem a grande maioria das vítimas.

Destacamos, aqui, os resultados da pesquisa realizada pelo sociólogo Luiz Valério Trindade sobre a discriminação racial e discurso de ódio na rede social facebook, cujo resultado indicou que 81% das vítimas são mulheres negras entre 20 e 35 anos e em ascensão social. Em entrevista ao jornalista Lucas Vasques, publicada em 30 de Agosto de 2018 na Revista Fórum. Trindade informa que:

O estudo revelou que as mulheres negras em ascensão social constituem o grupo mais vulnerável nesse contexto por ultrapassarem o que se chama de ‘linha invisível’, que separa os espaços sociais de privilégio e oportunidades, dos demais de subserviência e inferioridade social e racial. Esse conceito foi

cunhado pelo sociólogo negro norte-americano W.E.B. Du Bois em seu clássico livro “The Souls of Black Folk”, de 1903, e também proferido, de forma ligeiramente distinta, porém com o mesmo significado, pela atriz negra Viola Davis, em seu comovente e emblemático discurso ao receber o prêmio de melhor atriz dramática no Emmy de 2015. Em outras palavras, ao ascender socialmente, as mulheres negras brasileiras rompem esta ‘linha invisível’ e frustram a ideologia que nutre a enraizada percepção estereotipada de que elas não são merecedoras de ocupar espaços sociais associados com privilégio, prestígio e visibilidade qualificada. Pelo contrário, de acordo com tal ideologia, elas deveriam estar engajadas unicamente em atividades de baixa qualificação, subserviência e pouca ou nenhuma visibilidade social. Nesse contexto, me recordo que um dos inúmeros posts altamente depreciativos que analisei trazia o seguinte comentário a respeito de uma mulher negra que havia publicado fotos dela e de seu parceiro quando em viagem de férias pela Europa: “O lugar de mulher negra não é viajando pela Europa, mas sim no campo colhendo algodão” (Trindade 2018:3, grifo do autor).

As mulheres negras que ascendem socialmente, infelizmente ainda são minoria, a maioria delas enfrenta os limites socioeconômicos que dificultam a apropriação dos conhecimentos produzidos pelas novas tecnologias, necessários para a efectivação de uma incidência política que dê visibilidade às lutas anti-racistas e contra as desigualdades de gênero e de classe no mundo virtual. Tornando essa não uma questão menor, mas demonstrando a importância dos esforços que têm sido feitos pelo movimento feminista e feminista negro, consideramos que estamos a lidar com uma esfera de poder em que o machismo prevalece.

Por esse motivo, identificamos nas postagens na internet feitas pelas ativistas digitais negras uma forma inovadora e, ao mesmo tempo, importante para o enfrentamento do racismo, do sexism e do conflito de classe.

Entendemos que a internet é um veículo midiático interessante, por se ter tornado mundialmente relevante na propagação de ideias e, por conseguinte, na formação de opiniões, mas também por permitir a existência de certo conforto na exposição dessas ideias, uma vez que a instauração do conflito não põe os opositores face a face. Com isso há uma sensação de proteção no exercício de transgressões de toda natureza e mesmo na prática de crimes (como o crime racial) expostos nas redes sociais e em meio virtual.

A avaliação da internet, como mídia relevante na reversão/disputa da incidência dos meios de comunicação de massa que reforçam e fortalecem os estereótipos racistas e sexistas, estimulou a inserção de mulheres negras nas redes sociais, entre outras ferramentas de comunicação virtual, como estratégias de luta do movimento.

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também de capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois a falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas (Carneiro 2003: 126).

A luta dos movimentos feministas² contra a actuação das mídias, no que ela reforça e constrói de modelos estereotipados e de desigualdades de gênero não é nova, no entanto, o uso das tecnologias da informação pelos movimentos feministas para as combater e para difundir os pensamentos feministas é mais recente.

[...] um novo fenômeno vem se destacando dentro do feminismo negro, trata-se da inserção de mulheres negras, jovens em sua maioria, fazendo ativismo na internet. São sites e blogs como o Geledés, o Blogueiras Negras, Que Nega é Essa? E outros que através das redes sociais como o facebook e o twitter tem ganhado um alcance maior, visível através do mecanismo de compartilhamento dos textos (Oliveira 2016:6).

O feminismo negro tem lançado mão do *ciberactivismo* como estratégia de luta contra.

[...] um dos fenômenos mais recentes sobre a questão racial é o espraiamento da discriminação [...] na internet, se, no mundo sensível, o racismo ou injúria racial ainda encontram barreiras para ser identificados como tal, no espaço digital, apesar dos tantos exemplos explícitos de discriminação, percebe-se uma dificuldade ainda maior da aplicabilidade da lei (Moraes 2013:61-62).

O activismo contra o racismo e o sexismo não está restricto à difusão do pensamento anti-racista, ou do feminismo negro, também há a denúncia como um elemento importante de combate. Segundo dados apresentados no relatório do Instituto da Mulher Negra–Geledés, de 2016, intitulado *Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: violências e violações*, houve aumento das denúncias de racismo cometidas na internet.

Segundo a SaferNet Brasil, entidade que atua no combate aos crimes contra os direitos humanos na internet, as denúncias de racismo na internet cresceram 81% na comparação entre o primeiro semestre de 2013 e 2014. Os dados revelam que de janeiro a junho de 2013, foram feitos 32.533 registros desse tipo de violação, enquanto em período equivalente de 2014, o número saltou para 59.083. O levantamento da ONG (organização não governamental), que tem acordos de cooperação com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, mostrou também um detalhe interessante: embora neste ano haja mais denúncias, a quantidade de páginas (URLs) envolvidas foi menor: 5.732. Já em 2013, foram 7.953 sites (Geledés 2016:37).

Os dados apresentados pelo relatório trazem à tona o racismo no Brasil, materializam a sua existência, abalam as subtilezas e possíveis dúvidas alimentadas pelo mito da democracia racial.³ Não raramente as mulheres negras são as principais vítimas de comentários de ódio nas redes sociais, no entanto, é crescente o número de mulheres que faz a denúncia sobre o racismo virtual, além de mobilizar outras mulheres para esta ação.

Um excelente exemplo de mobilização foi a campanha intitulada: *Racismo Virtual, As Consequências são reais*, realizada no ano de 2015, pela ONG CRIOLA.

[...] Com Slogan ‘Racismo virtual. As consequências são reais’, a campanha promovida pela ONG Criola, organização da sociedade civil que atua pela defesa e promoção de direitos das mulheres negras, transforma comentários racistas no Facebook em peças de mídia exterior nas regiões onde vivem os ofensores. [...] A estratégia da campanha é tirar o racismo da internet e expô-lo na rua para que a população conscientize-se dos danos destes atos na internet. As primeiras cidades que receberam a campanha foram Americana (SP), Feira de Santana (BA), Recife (PE) e Vila Velha (ES). Nos outdoors, são expostos os posts com a injúria racial, mas é preservada a identidade do agressor (Massali 2015:2, grifo da autora).

Criada após os ataques racistas sofridos pela jornalista Maria Júlia Coutinho,⁴ a campanha teve projecção internacional. Outra iniciativa, da mesma ONG, é a formação da Rede de Ciberativistas Negras,⁵ como parte do projecto *Mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo*.

A participação da juventude nessas iniciativas é salutar. Prova disso foi a participação das Youtubers Negras, em evento promovido pela ONU Mulheres, em Março de 2017, referente à Década Internacional do Afrodescendente⁶ (2015-2024), em que é reconhecida a importância da internet no combate ao racismo e ao sexismo.

Em dezembro de 2013, o blog Blogueiras Negras postou o texto *As 25 Negras Mais Influentes da Internet*⁷ que teve 93.891 visualizações. Nessa lista constam os nomes de Luh Souza responsável pelo *História Preta Fatos e Fotos*; Jaqueline Gomes de Jesus, Fernnandah Oliveira, do site *Pretas Candangas*; Carla Ferreira das *IndiretasCrespas*; Silvia Nascimento do *Portal Mundo Negro*; Monique Evelle criadora do *Desabafo Social*; Eliane Oliveira, Maria Rita Casagrande do *True Love*; Leila NegalaizeNz, Alê Mattos da *Preta e Gorda*; Mara Gomes da página *a Mulher Negra e o Feminismo*; Sueli Feliziani, Cidinha da Silva, *As Comunicadoras Negras*; Jéssica Ipólito do blog *Gorda e Sapatão*; Djamila Ribeiro, Jurema Werneck do *Coletivo Meninas Black Power*, dentre outras importantes referências.

A realidade virtual amplia as possibilidades de organização sócio-política das mulheres, favorecendo a utilização desse universo midiático para a propagação de agendas feministas. E as novas tecnologias da informação e comunicação, no que concerne à questão racial, apesar do controle externo, também propiciaram avanços.

Se as tecnologias de comunicação não têm sido suficientes para quebrar a lógica do fluxo informativo entre as nações, é inegável que as mídias sociais têm possibilitado visibilidade e reconhecimento dos não representados na mídia convencional, servindo como seu canal de voz e imagem. As emergentes afromídias ou mídias afros são exemplos de mídia social contemporânea de identidade como resultado da fusão de várias tecnologias e tendo principalmente a internet para difundir suas mensagens (como sites, blogs, seguidores twitters, etc.). Elas constituem canais de expressão e visibilidade de e para um público segmentado (o público afro) que tem confrontado com a mídia convencional e dominante, em termos de quebra de padrões de imagem, linguagem e atitudes. Nesse sentido, as novas tecnologias podem ser importantes ferramentas para propósitos sociais como esse (Alakija 2012:141-142).

Concordamos com o exposto acima tendo em vista a importância do feminismo negro nessa arena de disputas, na medida em que apropriada das experiências típicas de uma sociedade racialmente desigual, a mulher negra brasileira também tem enfrentado no mundo virtual os conflitos oriundos do racismo e do sexism.

Sendo assim, há muito o que se explorar das novas tecnologias da informação e da comunicação nas lutas contra as desigualdades raciais, de gênero e de classe social.

Conclusões

O Brasil negro e feminino é constituído por um histórico de resistências que tem nos permitido analisar a realidade socio racial, econômica e política do país a partir do prisma dos sujeitos que são vítimas das opressões. As mulheres negras são sujeitas sociais que se destacam nesse cenário considerando, sobretudo, que são atingidas pelo entrecruzamento do racismo, sexism e classe social e trazem nas suas trajetórias as marcas geradas pelo genocídio e feminicídio, pela pobreza e miséria e pelo preconceito e discriminação racial.

Perante essa realidade, os desafios postos são muitos. Sobretudo numa sociabilidade regida pelo capitalismo, em que o trabalho da mulher e, particularmente da mulher negra, é desvalorizado, não nos restando dúvidas que numa conjuntura de crise e de austeridade fiscal são as mulheres negras

as primeiras vítimas em potencial do desemprego e da informalidade. Sabedoras disso é que a contribuição da experiência das mulheres negras e do feminismo negro se mostra substancial para os processos organizacionais da colectividade. Elas aprenderam a enfrentar as adversidades sociais e económicas, pois as suas histórias têm sido atravessadas por essas dificuldades. Desta feita, consideramos que a comunicação através da internet tem significativo potencial político pedagógico e, por conseguinte, transformador. O compartilhamento favorece o acesso aos conhecimentos, possibilitando reflexões e auto-críticas que ampliam compreensões e atitudes anti-racistas.

Identificamos que as novas tecnologias da informação se tornaram um espaço virtual onde ocorrem disputas políticas e que é frequentado por bilhões de pessoas no mundo. Sendo assim, trazer agendas políticas – reivindicações e denúncias –, por parte de mulheres negras jovens, no meio virtual, se mostra com potencialidade para enfrentar o racismo, tendo em vista que actualmente circulam comentários de ódio direcionados às mulheres negras. O racismo e o sexismº estão presentes no mundo virtual, no entanto o activismo das mulheres negras também é significativo nesse espaço, pois nele pode-se alcançar um número maior de pessoas o que, em termos de deslocamentos discursivos, tem visibilidade.

Os discursos críticos produzidos pelas activistas digitais negras contribuem com a reflexão sobre as consequências da democracia racial e ao mesmo tempo evidenciam novos formatos de luta e as possibilidades de combate ao discurso racista hegemônico. Nesse sentido, pensamos ter demonstrado que o racismo e o sexismº se reactualizam e se agravam em contextos de crise, tal qual a vivenciada pelo Brasil na actualidade. Mas também as reacções das mulheres negras, precisamente das activistas digitais negras, têm se mostrado profícias, favorecendo a ruptura do silenciamento a elas impostas.

Os ataques por meio dos comentários de ódio são gerados por medo. O que é temido, geralmente busca-se destruir, mas resistimos, pois as nossas prácticas são potentes vozes que incomodam, inquietam, desestabilizam, acordam e alertam para a realidade de desigualdades. Sigamos juntas.

Notas

1. Poema de autoria da Profª Drª Valdenice Raimundo com o qual fui presenteada pela mesma, tendo sido publicada na tese intitulada: Novas manifestações de Racismo e Sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras. 2019. 411 folhas. Sob orientação da Professora Doutora: Mônica Rodrigues Costa. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34218>.

2. Usamos o plural por reconhecer a diversidade que compõe o movimento feminista.
3. Para maior entendimento sobre o mito da democracia racial recomendamos a leitura das seguintes referências: Freyre, G., 2006, *Casa Grande e Senzala*, São Paulo: Global. Fernandes, F., 2008, *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo: Globo Fernandes, F., 2008, “Sociedade: luta de raças e de classe”, *Teoria em debate*, nº. 2, pp. 1-5. Fernandes, F., 2017, *Significado do protesto negro*, Coleção Realidade Brasileira: Editora Expressão popular.
4. Jornalista da Rede Globo, Maria Júlia Coutinho, mulher negra foi mais uma vítima de comentários de ódio no facebook. Maiores informações consultar o link: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/07/maria-julia-coutinho-maju-e-vitima-de-racismo-no-facebook.html>
5. Para maiores informações sobre a Rede de Ciberativistas Negras consultar: <https://alyne.org.br/category/rede-ciberativistas-negras/>
6. Para maiores informações acessar a página <http://decada-afro-onu.org>
7. Para maiores informações recomendamos acessar a página <http://blogueirasnegras.org/>

Referências.

- Alakija, A., 2012, ‘Mídia e identidade negra’, in R. C. da S. Borges & R., Borges, eds., *Mídia e Racismo*, Petrópolis, RJ/Brasília, DF: DP et Alii/ABPN. pp. 108-153.
- Carneiro, S., 2003, ‘Mulheres em movimento’, *Estudos Avançados*, Vol. 17, No. 49, pp. 117-132.
- Collins, P.H., 2016, ‘Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro’, *Sociedade e Estado*, Vol. 31, No. 1, pp. 99-127.
- GELEDÉS, 2014, *Denúncias de racismo na internet crescem 81% em 2014, aponta levantamento de ONG*. (<https://www.geledes.org.br/denuncias-de-racismo-na-internet-crescem-81-em-2014-aponta-levantamento-de-ong-2/>). 23 Abril 2021.
- GELEDÉS, 2016, *A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações*. (<https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/>). 23 Abril 2021.
- Gonzalez, L. & Hasenbalg, C., 1982, *Lugar de Negro*, Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Hooks, B., 1995, ‘Intelectuais Negras’, *Estudos Feministas*, Vol. 3, No. 2, pp. 464-478.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, eds., 2019, *Atlas da violência*, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Massali, F., 2015, *Campanha contra racismo virtual quer conscientizar sobre injuria racial na web*. (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/campanha-contra-racismo-virtual-quere-conscientizar-sobre-injuria>). 23 Abril 2021.
- Moraes, F., 2013, *No país do Racismo Institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*, Recife: Procuradoria Geral de Justiça.
- Oliveira, L.T. B. de, 2016, ‘Narrativas em rede: o Feminismo Negro nas Redes Sociais’, *Seminário Nacional de Sociologia da Ufs*, 1, Aracaju: PPGS/UFS, pp. 810-823.

Ribeiro, D., 2017, *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.

Trindade, L. V., 2018, ‘Mulheres negras são as principais vítimas de discriminação nas redes sociais, aponta sociólogo’, entrevista cedida a Lucas Vasques, *Revista Fórum*. (<https://www.revistaforum.com.br/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-discriminacao-nas-redes-sociais-aponta-sociologo/>).